

# Tratamento desigual aos desiguais


Por Cid Torquato

**V**alho-me, nesta coluna, das lições imortalizadas por Rui Barbosa, no aristotélico discurso “Oração aos Moços”, proferido em 1921, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo. Segundo nosso Águia de Haia, “a regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente os desiguais,



Foto: Eduardo de Souza

*Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico*

 cid.torquato@camara-e.net

na medida em que se desigalam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem”.

Esses ensinamentos, formulados em outro contexto histórico, mas, trazidos para os dias de hoje, fazem todo o sentido para os milhões de pequenos empreendedores espalhados pelo País. Eles formam a base de nossa economia, e, como tal, devem ser valorizados, incentivados e fortalecidos, a exemplo de todos os países que realmente se desenvolvem de forma sustentável.

No Brasil, fica patente a insustentabilidade do atual modelo fiscal-tributário-trabalhista-judiciário, que se tornou ainda mais perverso nos últimos anos. Quando a grande maioria da população é condenada à informalidade (eufemismo para ilegalidade), sem luz no fim da masmorra arrecadatória, algo tem de ser feito para mudar esse sistema de forma radical, pois ele, definitivamente, está gerando resultados diametralmente opostos aos desejados.

Vamos aos números. Cerca de 98% dos cinco milhões de empresas formais são pequenas, responsáveis por 40% dos empregos com carteira assinada e algo como 20% do PIB nacional. Porém, para cada empresa legalizada, há duas em condição de

não-formalidade (ou marginalidade), fazendo o universo das pequenas saltar para mais de 15 milhões de negócios. No total, as micro e pequenas empresas representam mais de 60% do PIB, empregando quase 90% dos recursos humanos do País, 55% dos quais sem os benefícios da ultrapassada legislação trabalhista. Por outro lado, das 500 mil novas empresas criadas em 2004, 35% delas deixarão de existir antes de completar um ano de atividade, menos de 30%, ultrapassarão a barreira dos três anos e apenas cerca de 10%, seguirão no mercado após o quinto ano.

O insucesso desse pseudo-empreendedorismo, marcado pela necessidade e não pela oportunidade, drena bilhões de reais da economia nacional, bem como sentencia suas vítimas a, em muitos casos, uma vida inteira de pendengas legais e “nome sujo” nas dívidas ativas da União, Estados e municípios, que, com multas inviáveis e juros proibitivos, terminam por colaborar na asfixia, não na recuperação, dos desprestigiados empresários nacionais.

Por tabela, 85% dos pequenos negócios não pagam impostos, 70% dos computadores vêm da chamada linha cinza, 60% do software é pirata e o contrabando é uma opção crescente para os consumidores de equipamentos fotográficos, de telefonia e de informática.

No País em que 50% da renda interna vem da clandestinidade, pagar imposto é que virou exceção. Assim, parabéns aos excepcionais que ainda carregam este Brasil nas costas, a espera de que um dia essa ficha caia para nossos valorosos legisladores e agentes públicos em geral.